

Poder à sombra do Executivo

■ Liberação para empresa atingiu US\$ 170 milhões

Os integrantes da CPI que analisaram os disquetes da Norberto Odebrecht concluíram que a empresa organizou uma poderosíssima estrutura de poder à sombra do Estado e atuava em todos os níveis para assegurar seus interesses. O senador Francisco Rolemberg (PFL-SE), depois de concluir seu trabalho, comentou desolado: "Nós, governadores e políticos, somos uns inocentes úteis. Tudo começa e termina numa empreiteira". O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que os dados revelam "o enraizamento e a inserção da Odebrecht dentro do Estado, especialmente em alguns órgãos, como a Caixa Econômica Federal". A empresa alocava uma média anual de US\$ 600 milhões no orçamento da União, dos quais conseguia liberar em média US\$ 170 milhões.

O "Relatório do PA/91", elaborado por Renato Freire de Araújo, assessor de Desenvolvimento de Negócios, dá um exemplo da interferência da Odebrecht na definição do orçamento. No item "Metas técnicas/econômico-financeiras cumpridas", o assessor avalia: "Apresentamos 63 emendas à LDO/92 e seis destaques, conseguimos introduzir 20 subprogramas de nosso interesse". Mais

adiante, informa: "Apresentamos emendas ao orçamento de 92 para 110 programas da empresa e conseguimos aprovar 60 nos relatórios parciais, no montante de US\$ 54 milhões".

A participação de parlamentares no esquema é confirmada: "Obtivemos 27 indicações de relatores parciais que foram atendidas pelo relator geral, num total de US\$ 94 milhões". A empreiteira acionou também governos estaduais, prefeituras e órgãos públicos para conseguir verbas no orçamento de 1992.

"Ao todo foram enviados 70 ofícios aos ministérios e inclusas 66 obras da CNO no projeto de lei (proposta orçamentária enviada pelo Executivo ao Congresso), representando US\$ 210 milhões", contabiliza o documento. Consideradas outras obras, como o metrô de Brasília, "passamos para US\$ 390 milhões".

Orçamento — O documento conclui que, graças à interferência da empresa no Executivo e no Legislativo, foram incluídos no orçamento 152 programas, num valor de US\$ 646 milhões. A Odebrecht estimou que desse total receberia de US\$ 150 a 170 milhões, em virtude de um corte geral de 15% das verbas do projeto orçamentário, corte de programas em dois ministérios, contingenciamento, perda cambial e execução parcial do orçamento.

A CPI descobriu um documento que o deputado Aloizio Mercadante considera fundamental para comprovar a influência das empreiteiras no Executivo. Trata-se de um ofício sem assinatura, datado de 21 de novembro de 1991, em que o ministro da Infraestrutura, João Santana, pede ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, a liberação de 2 bilhões de cruzeiros para a construção da Variante Ferroviária do Paraguçu. O mesmo texto aparece depois assinado por Santana. "É evidente que a Odebrecht redigiu e o ministro assinou o ofício", disse Mercadante. A influência no Executivo, segundo dados armazenados no disquete, permitiu à Odebrecht contratar financiamentos para oito clientes no Banco Central e 15 na Caixa Econômica, num total de US\$ 80 milhões parcelados diretamente à empreiteira. Esse desempenho foi possível pela orientação da empresa "na elaboração de documentação de capacidade de endividamento/pagamento" de prefeituras, governos estaduais e órgãos públicos. O disquete revela, ainda, que a empresa conseguiu, através dos governos de Rondônia (Cr\$ 2 bilhões), Roraima (Cr\$ 100 milhões), Amapá (Cr\$ 400 milhões) e do Acre (Cr\$ 800 milhões), recursos do Ministério da Ação Social para programas de prevenção da cólera.